


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0009359-42.2011.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Indenização por Dano Material**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 10/03/2014 faço estes autos conclusos ao Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc. subscrevi.

RELATÓRIO

ELIZANGELA MORAES BERANGER propõe ação indenizatória contra **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO CARLOS** e **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**. Aos 19/07/2009 em razão de fortes dores abdominais, foi hospitalizada na primeira ré e, diagnosticada com apendicite cecal e abscesso retro cecal, foi submetida, na mesma data, a cirurgia para a retirada do apêndice e drenagem do abscesso. Aos 21/07/2009 recebeu alta. Todavia, em razão da persistência de dores abdominais e de vômitos e diarreias, foi novamente internada e, diagnosticada com abscesso peritonal, operada em 24/07/2009, seguindo-se alta em 30/07/2009. Ocorre que passou a sentir dores fortíssimas e o corte da cirurgia exalava líquidos fétidos juntamente com pedaços de alimentos ingeridos. Sendo diagnosticada com fístula entérica e novo abscesso, foi submetida a uma terceira cirurgia, em 18/18/2009, recebendo alta em 24/08/2009. Porém, até hoje sente muitas dores que inviabilizam suas atividades profissionais de doméstica. Além disso, sua barriga ficou totalmente deformada em razão das intervenções cirúrgicas. E sofreu muito em razão dos erros médicos ocorridos. Sob tais fundamentos, pede a condenação dos réus: (i) ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 54.500,00; (ii) ao pagamento de indenização por danos estéticos no valor de R\$ 28.750,00; (iii) ao pagamento de pensão mensal no valor de R\$ 1.250,00 até que possa voltar ao mercado de trabalho.

A ré Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos contestou (fls. 131/ 154), negando qualquer falha na prestação do serviço de saúde.

O réu Município de São Carlos contestou (fls. 269/288), alegando, em preliminar, a ilegitimidade passiva, e, no mérito, a inexistência de falha na prestação do serviço de saúde.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

A autora apresentou réplica (fls. 305/318).

O processo foi saneado (fls. 331), afastando-se a preliminar e determinando-se a produção de prova pericial, cujo laudo aportou aos autos (fls. 343/348).

As partes foram intimadas a apresentar memoriais, silenciando a autora (fls. 363) e apresentando-os os réus (fls. 357/358, 360/362).

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental e pericial são suficientes para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

A preliminar apresentada pelo Município de São Carlos foi afastada na decisão de saneamento (fls. 331), a cujos fundamentos reporto-me.

Ingressa-se no mérito para julgar improcedente a ação.

A relação entre a autora e os réus é de consumo, uma vez presentes as figuras do consumidor (autora), do fornecedor (hospital e poder público prestador do serviço) e do serviço (serviço médico), tudo em conformidade com as definições dos arts. 2º e 3º do CDC.

A responsabilidade dos réus é objetiva mas exige-se a ocorrência de vício na prestação dos serviços de saúde (art. 14 do CDC).

Quanto ao caso em análise, a prova pericial (fls. 343/348), com base em exame físico geral, exame físico especial, e análise dos documentos existentes nos autos, de modo conclusivo e bem justificado do ponto de vista técnico, demonstrou a inexistência de falha na prestação dos serviços médicos.

O caso da autora, segundo o perito, seguiu "sequência possível" de acontecimentos segundo a literatura médica - a depender do modo com que o organismo reage às cirurgias -, com os tratamentos e intervenções executados de acordo com a boa prática médica, não havendo elementos indicativos de falhas no tratamento.

Sendo assim, apesar de manifesta a dor e o sofrimento da autora com a complicações advindas das três intervenções cirúrgicas, forçoso reconhecer que, no caso concreto, não ficaram comprovados erros médicos ou falha na prestação do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

serviço de saúde, o que é indispensável para a procedência da ação, uma vez tratar-se de pressupostos para a responsabilização civil dos réus.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo improcedente a ação e condeno a autora em custas, despesas e honorários advocatícios, arbitrados estes, por equidade, em R\$ 1.000,00, observada a AJG.

P.R.I.

São Carlos, 11 de março de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA